

Acusado de ser sócio de Marcos Valério diz que é apenas seu advogado

Apontado como sócio de Marcos Valério no processo do mensalão, o advogado Rogério Tolentino negou ligações societárias com o publicitário. Consequentemente, também negou a participação em qualquer esquema de lavagem de dinheiro para compra de votos de parlamentares. Tolentino é um dos acusados na Ação Penal 470. Ele responde pelas acusações de corrupção ativa, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

O advogado foi um dos que enviou as alegações finais de sua defesa ao Supremo Tribunal Federal na semana passada, às vésperas do fim do prazo. Na [petição](#), assinada pelo advogado **Paulo Sérgio Abreu e Silva**, a principal desconstrução da acusação do Ministério Público é a de que Rogério Tolentino não fazia parte de qualquer estrutura societária com Marcos Valério. A relação dos dois, segundo a defesa, se deu entre o escritório de Tolentino e a agência de publicidade SMP&B Comunicação, de Valério.

Ao contrário do que diz o MP, segundo a defesa, Tolentino não era sócio de Valério nessa empresa, mas sim advogado e consultor. Na acusação de corrupção ativa, a Procuradoria-Geral da República afirma que Tolentino, por meio de seu escritório, com verbas oriundas da 2S Participações, de Marcos Valério, alimentaram conta na empresa Bônus Banval e depois repassaram o dinheiro aos ex-deputados do PP Pedro Corrêa, Pedro Henry e José Janene, este último morto no ano passado.

Afirma a PGR que Tolentino teria emprestado R\$ 10 milhões do Banco BMG, repassado a Valério em troca de um certificado de depósito bancário (CDB) da DNA Publicidade, também de Valério, e depois teria participado do repasse desse dinheiro à Bônus Banval e aos deputados do PP. Mas, de acordo com a defesa, o empréstimo foi feito e repassado a Simone Vasconcelos, a pedido de Valério, por meio de cheques em branco, assinados por ela. A versão é confirmada por todos os envolvidos, segundo a petição.

Lavagem de dinheiro

Como a suposta sociedade entre Tolentino e Marcos Valério é desmentida pela defesa do advogado, também um suposto esquema societário para lavar dinheiro e repassá-lo a parlamentares é dito como inexistente. Pela acusação, o "núcleo publicitário" do mensalão teria se juntado ao Banco Rural para lavar o dinheiro usado para comprar apoio no Congresso.

Contudo, segundo a defesa de Tolentino, seu nome não aparece em nenhum momento da "narrativa" do Ministério Público. A defesa diz que, de acordo com o que foi apurado pelo Banco Central, a pedido da Receita Federal, a única quantia paga por Tolentino às empresas de Marcos Valério foi de R\$ 700 mil, em julho de 2004. O valor seria correspondente a uma correção no empréstimo tomado junto ao BMG.

Esse repasse, segundo laudo do BC, "foi o instrumento hábil para justificar contabilmente o pagamento dos encargos financeiros da renegociação da dívida da Rogério Lanza Tolentino & Associados junto ao Banco BMG pela referida SMP&B, não se tratando, pois, de documento utilizado para ocultar ou dissimular a movimentação de valores, de acordo com as considerações dos peritos".

Pelo apoio popular

Outra das acusações desconstruídas pela defesa é a de que Tolentino participou de quadrilha ou

"organização criminosa" para atuar junto ao PT no mensalão. Segundo a defesa, o MP "usa linguagem própria para atrair os menos avisados, aqueles que não possuem maiores conhecimentos do direito para, principalmente motivar a imprensa sensacionalista".

Segundo a defesa, a estratégia do Ministério Público para tentar convencer os ministros do STF é meramente retórica. Usa, segundo a petição, de uma "narrativa burlesca" para trazer "elementos que despertassem viva a admiração, o entusiasmo do grande público, a sanha da mídia sanguinolenta, por ter conteúdo espetacular e formidável".

Outro questionamento feito pela defesa de Tolentino também foi feita pelo seu suposto sócio: a ausência de um comandante maior para liderar os "40 quadrilheiros". Sem citar nomes, ao contrário do que fizeram Marcos Valério e Roberto Jefferson, a defesa de Tolentino apenas especula sobre a existência de um "Ali Babá II" para liderar a suposta quadrilha.

AP 470

Clique [aqui](#) para ler as alegações finais apresentadas pela defesa de Rogério Toletino ao Supremo Tribunal Federal.

Date Created

13/09/2011